

Comissão de Justiça analisa PDU quarta

Após o encerramento, ontem, do seminário promovido pela Câmara Municipal de Vitória sobre o Plano Diretor Urbano do Município, a Comissão de Justiça, até quarta-feira próxima, emitirá seu parecer sobre o ante-projeto de lei e o remeterá à Seção Legislativa, de onde o documento será enviado para a plenária para finalmente os vereadores iniciarem o processo de discussão e votação. Ontem, último dia de debates, o atual secretário de Planejamento do Estado e ex-diretor da Fundação Jones dos Santos Neves, que elaborou o ante-projeto de lei, Arlindo Vilaschi, explicou aos participantes do Seminário as reais intenções do PDU.

Previsto anteriormente para ser concluído somente na próxima segunda-feira, o Seminário da CMV deveria contar ainda com a participação do ex-prefeito Wander Bassini, como conferencista sobre o PDU. Entretanto, o vereador Elcio Teixeira disse ontem: "Encerramos os debates hoje (ontem) porque o ex-prefeito precisou viajar para Brasília, onde discutirá na esfera federal problemas ligados à Ceasa, e não estará em Vitória na segunda-feira". Os debates vinham se realizando desde o dia 12, e quase todos os conferencistas se mostraram contra o Plano Diretor para Vitória, que na opinião dos empresários ouvidos é elitista quando trata dos modelos de assentamentos e das estipulações de áreas para construção.

Ontem poucos participaram dos debates sobre o ante-projeto de lei, além dos vereadores, dos técnicos da Fundação Jones dos Santos Neves e alguns engenheiros da Prefeitura de Vitória. De acordo com comentários dos próprios vereadores, não houve participação da comunidade, senão através dos vereadores "os representantes legais da população na Câmara Municipal de Vitória".

EXPLICAÇÃO

Destacando desde o início que sua presença na Câmara Municipal de Vitória, durante o seminário sobre o PDU, tinha como principal função a de esclarecer aos vereadores, pois estes deveriam votar a matéria em questão, sobre as reais intenções do ante-projeto de lei, o secretário do Planejamento do Governo Estadual, Arlindo Vilaschi disse:

— Acho fundamental que o PDU não seja visto como um ante-projeto de lei complicado, e também que os três volumes impressos que ele compreende não sejam considerados varinhas de condão, pois não resolverão por si só os problemas existentes em Vitória. A participação efetiva tanto da comunidade, como dos seus representantes, os vereadores é fundamental. Assim como também é entender que é preciso melhorar ou aperfeiçoar o planejamento e a administração do município de Vitória".

A presença de Arlindo Vilaschi no seminário serviu principalmente para explicar os principais aspectos até então levantados pelos participantes dos debates, e mostrar a "verdade" dos artigos existentes no Plano. Tanto é que começou a falar sobre as abordagens dos capítulos e artigos, dividindo-os por área de atuação, como a necessidade desse ordenamento que o PDU, segundo ele, propõe: a articulação de um ordenamento e planejamento integrado aos demais municípios que compõem a Grande Vitória; o zoneamento urbano; a utilização do solo e suas li-

mitações; funções do Conselho Municipal; objetivos gerais do PDU, e suas diretrizes, até chegar ao artigo 205, que concluiu o ante-projeto de lei, falando que o mesmo, se aprovado, entrará em vigor a partir da data de sua homologação pelo prefeito.

Fazendo questão de frisar que não há elitismo nem inovações políticas no PDU, conforme fora levantado em seções anteriores, Vilaschi garantiu que o Conselho Municipal do PDU não tiraria nem interferiria nas decisões do Legislativo Municipal. "Opinar, orientar, promover e elaborar não quer dizer que o poder do Legislativo esteja sendo tirado", disse Arlindo Vilaschi, que deu assim chances dos empresários e vereadores iniciarem as discussões sobre o modelo de assentamento que o PDU propõe e o uso do solo ou preservação dos mangais.

Vilaschi falou sobre os parâmetros que englobam o assentamento urbano, "nada mais nada menos que leis federais e municipais que se encontram em vigor até então, não havendo nessas novas propostas nada mais que isso: junção ou união das leis existentes numa única, levando-se em consideração, ainda, que todas elas estão em pleno vigor".

CRÍTICA

Mas foi esse modelo de assentamento que mais preocupou ontem o empresário Daniel Alves, que mostra, segundo seu ponto de vista, o elitismo do PDU. Ele falou sobre as possibilidades de uso dos terrenos até então não habitados na Estrada do Contorno, em Santo Antonio. Segundo Daniel Alves, o local pode ser comparado, e está sendo, dentro do que cita o PDU, à Ilha do Frade, do Boi e Praia do Canto. "Sabemos que a cota do morro que lá existe está acima da 50 proposta pelo PDU; e existem áreas abaixo dela, mas os investimentos no local são onerosos e as pessoas da classe baixa não poderão sequer se aproximar dos custos dos terrenos naquela área, que deverão ter 600 metros quadrados. Então, promove-se desse jeito novas casas para a classe alta, em terrenos de alto custo, e consequentemente habitação para a classe alta, para as pessoas que realmente tem dinheiro, pois o pobre não poderá comprar terra lá", frisou Daniel Alves.

Arlindo Vilaschi simplesmente respondeu ao empresário com uma pergunta: "Quem é que constrói casas ou habitações populares hoje em todo o País?", como uma forma de responder ao empresário sobre a colocação de que os terrenos da Estrada do Contorno se tornarão caros, e por isso o local se tornará uma nova Ilha do Frade ou do Boi.

Os vereadores, por sua vez, se ativeram a itens isolados do ante-projeto de lei, salientando

sempre aquilo que lhes atingia mais diretamente. Ao que tudo indica, o convite ao ex-diretor da Fundação Jones dos Santos Neves aos debates promovidos pela CMV, foi para dirigir a posição final dos vereadores, que nas explicações buscaram a justificativa para sua posição final, contrária ou não, ao PDU.

Outro aspecto, quanto ao tempo de aprovação dos projetos de construção previsto pelo PDU e para o início das obras, foi também discutido e dessa vez, a colocação ficou com o engenheiro João Luiz Tovar, que considerou também "negativas as preocupações maiores do PDU com os tombamentos de prédios; as falhas da não definição das áreas para aplicação da cota 50; e a força do Conselho Municipal para impor decisões e burocratizar o processo de análise e aprovação de processos de construção em todo o Município".

PARTICIPAÇÃO

Mas a grande preocupação dos empresários e vereadores quanto ao PDU, é de que durante a elaboração não houve a sua participação nas discussões. Mas Arlindo Vilaschi frisou que o PDU esteve aberto a participação dos técnicos da Cesan, Telest, Escelsa, Detran e Prefeitura de Vitória, quando da sua elaboração, e que em todas as reuniões essas entidades e órgãos foram convidados a participar, não havendo restrições.

Frisou ainda que o PDU é "mais que um englobamento das colchas de retalhos que existem na PMV hoje, quando cerca de 12 leis existem legislando sobre o mesmo assunto. O PDU é a humanização da cidade, o ordenamento das construções e a melhor distribuição dos benefícios públicos, nada mais que isso", enfatizou.

Com o encerramento do Seminário, os vereadores demonstraram possuir subsídios suficientes para julgarem o ante-projeto de lei. O vereador Carlos Alberto Viana, (Arena), disse:

"Os debates foram muito proveitosos e foi dada a chance do povo participar dos debates, pois eu fui convidado a participar através dos editais publicados na imprensa de Vitória. As falhas do PDU são enormes; por exemplo, ele não apresenta formas de urbanizar os bairros, e nós sabemos que 50 por cento deles não possuem infra-estrutura", disse.

Segundo o vereador, o PDU deveria propor "projetos concretos, soluções concretas para os problemas de Vitória, o que seria então um projeto de urbanização e não um plano diretor, que somente normaliza o desenvolvimento de Vitória". Ele disse ainda que melhor seria "se ele mostrasse um plano de urbanização, mas não de disciplinamento do uso das áreas. O PDU esqueceu também de apresentar soluções imediatas para o sistema viário de Vitória, deixou de estabelecer vias para o tráfego. Melhor seria — enfatizou — se a PMV colocasse em ação as leis que foram aprovadas pela CMV, que visam a melhorar e elaborar serviços melhores sem maiores discussões, que atendem aos anseios do povo".

Necessidade sem contestação

O Plano Diretor Urbano é uma necessidade e sua filosofia não pode ser contestada, mas existe, para que isto se concretize, a necessidade de uma série de outras coisas que não foram colocadas no PDU, disse ontem o presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FIndes), Oswaldo Vieira Marques.

Para ele, o principal problema é integrar o plano "completamente com os outros municípios da Grande Vitória. Não se pode isolar Vitória da Serra, de Cariacica e dos outros municípios no Plano Urbano", disse.

Além disto, ele criticou determinadas medidas "que

estão sendo exageradas, como a idéia de áreas de animação, impedindo a implantação de bancos, ao mesmo tempo em que não exclui a instalação de entidades públicas, o que contradiz a idéia de animação".

Isto, contudo, segundo Vieira Marques, são problemas secundários e o que necessita

ser feito, principalmente, "é a integração do Plano, isto é fazer um Plano Urbano que compreenda toda a Grande Vitória".

— Porque a filosofia — complementou — é excelente e não pode ser contestada. A posição da FIndes é semelhante a posição do secretário da Confederação Nacional das Indústrias, Jones dos Santos Neves, também um empresário da construção civil, que fez hoje (ontem) uma exposição sobre PDU na Câmara.